

# Legislação de GSI (Multibancas) – Marco Civil Int. Questões Atualização 2020

Prof. Walter Cunha

[falecomigo@waltercunha.com](mailto:falecomigo@waltercunha.com)



# [ Professor ]

---



Natural: Fortaleza – CE

Cargo: AFFC-CGU TI (2009)

Graduação: Engenharia Eletrônica  
ITA 2000

Pós: Ger. Projetos FGV 2007

Emerging Leaders: Harvard  
Kennedy School Nov/2018

<https://about.me/waltercunha>

## [ Questão 01]

---

(FGV/TJ-RO 2015) Em relação à legislação em TI, aplicáveis às informações digitais, analise as afirmativas a seguir:

- I. O Marco Civil da Internet procura regular o uso das informações digitais, definindo sanções penais a serem aplicadas em caso de abuso.
- II. Em respostas às denúncias de espionagem dos EUA, o governo brasileiro publicou o Decreto nº 8135/2013, com o objetivo de proteger suas comunicações de dados.
- III. O tempo mínimo de armazenamento de registros de acesso a aplicações na Internet, por provedores de aplicações de internet, está atualmente definido na legislação.

Está correto somente o que se afirma em:

A I;    B II;    C III; D I e II; E II e III.

## [ Questão 01]

---

(FGV/TJ-RO 2015) Em relação à legislação em TI, aplicáveis às informações digitais, analise as afirmativas a seguir:

I. O Marco Civil da Internet procura regular o uso das informações digitais, definindo sanções penais a serem aplicadas em caso de abuso.

II. Em respostas às denúncias de espionagem dos EUA, o governo brasileiro publicou o Decreto nº 8135/2013, com o objetivo de proteger suas comunicações de dados.

III. O tempo mínimo de armazenamento de registros de acesso a aplicações na Internet, por provedores de aplicações de internet, está atualmente definido na legislação.

Está correto somente o que se afirma em:

A I;    B II;    C III; D I e II; **E II e III**.

## [ Questão 02]

(CONSULPAM/CLJF 2018) Considere as seguintes informações abaixo sobre o Marco Civil da Internet, que regulamenta, através da Lei 12.965 de 2014, a rede mundial no Brasil.

I – A proteção dos dados pessoais e a privacidade dos usuários devem ser garantidas pelas empresas que atuam na Internet.

II – Os provedores de acesso devem tratar todos os dados que circulam na Internet da mesma forma, garantindo a neutralidade da rede.

III – Os dados de conexão devem ser mantidos, sob sigilo, pelo prazo de 90 (noventa dias) pelos provedores.

IV – Os poderes públicos devem adotar preferencialmente tecnologias, padrões e formatos abertos e livres.

V – O desenvolvimento de ações e programas de capacitação para o uso da Internet é uma diretriz para a atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Sobre os itens acima, qual a alternativa correta:

A Só são verdadeiros os itens I, II, IV e V.      B Os itens IV e V são falsos.      C Só são verdadeiros os itens I, II, III e V. D Os itens II e III são falsos.

## [ Questão 02] – Comentários

---

### **Lei 12.965/2014:**

*Art. 13. Na provisão de conexão à internet, cabe ao administrador de sistema autônomo respectivo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, **pelo prazo de 1 (um) ano**, nos termos do regulamento.*

## [ Questão 02]

(CONSULPAM/CLJF 2018) Considere as seguintes informações abaixo sobre o Marco Civil da Internet, que regulamenta, através da Lei 12.965 de 2014, a rede mundial no Brasil.

I – A proteção dos dados pessoais e a privacidade dos usuários devem ser garantidas pelas empresas que atuam na Internet.

II – Os provedores de acesso devem tratar todos os dados que circulam na Internet da mesma forma, garantindo a neutralidade da rede.

III – Os dados de conexão devem ser mantidos, sob sigilo, pelo prazo de 90 (noventa dias) pelos provedores.

IV – Os poderes públicos devem adotar preferencialmente tecnologias, padrões e formatos abertos e livres.

V – O desenvolvimento de ações e programas de capacitação para o uso da Internet é uma diretriz para a atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Sobre os itens acima, qual a alternativa correta:

A Só são verdadeiros os itens I, II, IV e V.      B Os itens IV e V são falsos.      C Só são verdadeiros os itens I, II, III e V. D Os itens II e III são falsos.

## [ Questão 03]

---

(FCC/CLDF 2018) A Lei nº 12.965/2014, conhecida como Marco Civil da Internet, estabelece, dentre os fundamentos da disciplina do uso da internet no Brasil,

A o acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos.

B a proteção da privacidade.

C a preservação da natureza participativa da rede.

D o direito de acesso à internet a todos.

E a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor.



## [ Questão 03] – Comentários

---

**Lei nº 12.965/2014**

*(...)*

*Art. 2º A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, bem como:*

*I - o reconhecimento da escala mundial da rede;*

*II - os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais;*

*III - a pluralidade e a diversidade;*

*IV - a abertura e a colaboração;*

**V - a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor; e**

*VI - a finalidade social da rede.*

## [ Questão 03]

---

(FCC/CLDF 2018) A Lei nº 12.965/2014, conhecida como Marco Civil da Internet, estabelece, dentre os fundamentos da disciplina do uso da internet no Brasil,

A o acesso à informação, ao conhecimento e à participação na vida cultural e na condução dos assuntos públicos.

B a proteção da privacidade.

C a preservação da natureza participativa da rede.

D o direito de acesso à internet a todos.

***E a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor.***

## [ Questão 04]

---

(FAURGS/TJRS 2018) A Lei Federal nº 12.965/2014, que disciplina o uso da internet no Brasil, tem entre seus princípios:

A preservação da natureza participativa da rede.

B livre divulgação dos dados pessoais.

C proteção do direito de ir e vir.

D controle pelo Estado dos modelos de negócio promovidos na internet.

E controle da expressão e manifestação por parte do Estado.

## [ Questão 04] – Comentários

---

### Artigo 3º da lei 12.965/2014, PRINCÍPIOS:

*I – garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal;*

*II – proteção da privacidade;*

*III – proteção dos dados pessoais, na forma da lei;*

*IV – preservação e garantia da neutralidade de rede;*

*V – preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas;*

*VI – responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei;*

**VII – preservação da natureza participativa da rede;**

*VIII – liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.*

## [ Questão 04]

---

(FAURGS/TJRS 2018) A Lei Federal nº 12.965/2014, que disciplina o uso da internet no Brasil, tem entre seus princípios:

*A preservação da natureza participativa da rede.*

B livre divulgação dos dados pessoais.

C proteção do direito de ir e vir.

D controle pelo Estado dos modelos de negócio promovidos na internet.

E controle da expressão e manifestação por parte do Estado.

## [ Questão 05]

(PGR/PGR 2017) SOBRE O MARCO CIVIL DA INTERNET, REGULADO PELA LEI Nº 12.965/2014, VERIFIQUE A ASSERTIVA INCORRETA:

A O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.

B Na provisão de conexão à internet, cabe ao administrador de sistema autônomo respectivo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, nos termos do regulamento, sendo vedada a manutenção de registros de conexão a terceiros.

C É assegurado aos usuários dos serviços de internet, sendo essencial ao exercício da cidadania, dentre outros, os seguintes direitos: inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, salvo por ordem judicial, na forma da lei.

D O uso de internet no Brasil é pautado pelos princípios da garantia da liberdade de expressão, proteção da privacidade; proteção dos dados pessoais, preservação e garantia da neutralidade de rede, preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, preservação da natureza participativa da rede; liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet.

## [ Questão 05] – Comentários

---

### Lei nº 12.965/14

*Art. 13. Na provisão de conexão à internet, cabe ao administrador de sistema autônomo respectivo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, **pelo prazo de 1 (um) ano**, nos termos do regulamento.*

## [ Questão 05]

(PGR/PGR 2017) SOBRE O MARCO CIVIL DA INTERNET, REGULADO PELA LEI Nº 12.965/2014, VERIFIQUE A ASSERTIVA INCORRETA:

- A O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.
- B Na provisão de conexão à internet, cabe ao administrador de sistema autônomo respectivo o dever de manter os registros de conexão, sob sigilo, em ambiente controlado e de segurança, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, nos termos do regulamento, sendo vedada a manutenção de registros de conexão a terceiros.
- C É assegurado aos usuários dos serviços de internet, sendo essencial ao exercício da cidadania, dentre outros, os seguintes direitos: inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação, inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, salvo por ordem judicial, na forma da lei.
- D O uso de internet no Brasil é pautado pelos princípios da garantia da liberdade de expressão, proteção da privacidade; proteção dos dados pessoais, preservação e garantia da neutralidade de rede, preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, preservação da natureza participativa da rede; liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet.



## [ Questão 06]

(PUC-PR/TJ-MS 2017) Para os efeitos da Lei n. 12.965/2014, considera-se:

\_\_\_\_\_, o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes; \_\_\_\_\_, a habilitação de um terminal para envio e recebimento de pacotes de dados pela internet, mediante a atribuição ou autenticação de um endereço IP; \_\_\_\_\_, o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas na ordem exposta no enunciado.

A Terminal; registro de conexão; registro de acesso a aplicações de internet.

B Internet; registro de conexão; aplicações de internet.

C Internet; registro de conexão; registro de acesso a aplicações de internet.

D Internet; conexão à internet; aplicações de internet.

E Terminal; endereço de protocolo de internet (endereço IP); aplicações de internet.

## [ Questão 06] – Comentários

---

### LEI 12.965/2014

*Art. 5º Para os efeitos desta Lei, considera-se:*

*I - **internet**: o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes;*

*V - **conexão à internet**: a habilitação de um terminal para envio e recebimento de pacotes de dados pela internet, mediante a atribuição ou autenticação de um endereço IP;*

*VII - **aplicações de internet**: o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet;*

## [ Questão 06]

(PUC-PR/TJ-MS 2017) Para os efeitos da Lei n. 12.965/2014, considera-se: \_\_\_\_\_, o sistema constituído do conjunto de protocolos lógicos, estruturado em escala mundial para uso público e irrestrito, com a finalidade de possibilitar a comunicação de dados entre terminais por meio de diferentes redes; \_\_\_\_\_, a habilitação de um terminal para envio e recebimento de pacotes de dados pela internet, mediante a atribuição ou autenticação de um endereço IP; \_\_\_\_\_, o conjunto de funcionalidades que podem ser acessadas por meio de um terminal conectado à internet.

Assinale a alternativa que preenche CORRETAMENTE as lacunas na ordem exposta no enunciado.

A Terminal; registro de conexão; registro de acesso a aplicações de internet.

B Internet; registro de conexão; aplicações de internet.

C Internet; registro de conexão; registro de acesso a aplicações de internet.

**D Internet; conexão à internet; aplicações de internet.**

E Terminal; endereço de protocolo de internet (endereço IP); aplicações de internet.

## [ Questão 07]

(PUC-PR/TJ-MS 2017) Determinada associação beneficente, em página no Facebook, passa a receber mensagens grosseiras. Desse modo, requer judicialmente que o Facebook disponibilize os nomes e as qualificações pessoais dos usuários responsáveis pela criação dos perfis (como: “José Ladrão”; “segredos associação”) responsáveis pelas mensagens grosseiras. Com base no disposto na Lei n. 12.965/2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, assinale a alternativa CORRETA.

A A requisição judicial de fornecimento de registros de conexão ou acesso a aplicações de internet apresentado pela Associação Benéfica não possui requisitos legais mínimos para ser admitida, devendo no mínimo elucidar os fundados indícios da ocorrência de um ilícito.

B Aos usuários responsáveis pela criação dos perfis é assegurada a inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, que não poderão ser infringidas mesmo mediante ordem judicial.

C No caso narrado no enunciado, não se aplica a Lei n. 12.965/2014.

D A preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem dos usuários responsáveis pela criação dos perfis impede o acesso aos dados cadastrais que informem qualificação pessoal, filiação e endereço a qualquer requisitante.

E O Facebook somente será obrigado a disponibilizar os registros de conexão e de acesso a aplicações de internet, de forma autônoma ou associados a dados pessoais ou a outras informações que possam contribuir para a identificação do usuário ou do terminal, mediante ordem judicial.

## [ Questão 07] – Comentários

---

### LEI 12.965 - MARCO CIVIL DA INTERNET

*Art. 10. § 1º O provedor responsável pela guarda somente será obrigado a disponibilizar os registros mencionados no **caput**, de forma autônoma ou associados a dados pessoais ou a outras informações que possam contribuir para a identificação do usuário ou do terminal, mediante ordem judicial, na forma do disposto na Seção IV deste Capítulo, respeitado o disposto no art. 7º.*

## [ Questão 07]

(PUC-PR/TJ-MS 2017) Determinada associação beneficente, em página no Facebook, passa a receber mensagens grosseiras. Desse modo, requer judicialmente que o Facebook disponibilize os nomes e as qualificações pessoais dos usuários responsáveis pela criação dos perfis (como: “José Ladrão”; “segredos associação”) responsáveis pelas mensagens grosseiras. Com base no disposto na Lei n. 12.965/2014, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil, assinale a alternativa CORRETA.

A A requisição judicial de fornecimento de registros de conexão ou acesso a aplicações de internet apresentado pela Associação Benéfica *não possui requisitos legais mínimos para ser admitida*, devendo no mínimo elucidar os fundados indícios da ocorrência de um ilícito.

B Aos usuários responsáveis pela criação dos perfis é assegurada a inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, *que não poderão ser infringidas mesmo mediante ordem judicial*.

C No caso narrado no enunciado, *não se aplica a Lei n. 12.965/2014*.

D A preservação da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem dos usuários responsáveis pela criação dos perfis *impede o acesso* aos dados cadastrais que informem qualificação pessoal, filiação e endereço a qualquer requisitante.

E *O Facebook somente será obrigado a disponibilizar os registros de conexão e de acesso a aplicações de internet, de forma autônoma ou associados a dados pessoais ou a outras informações que possam contribuir para a identificação do usuário ou do terminal, mediante ordem judicial.*

## [ Questão 08]

---

(UFRJ/UFRJ 2014) Recentemente, o Brasil sediou o Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet (NETmundial). Nesta ocasião, foi sancionado o projeto de Lei que instituiu o Marco Civil da Internet, considerado uma espécie de Constituição para uso da rede no país. Entre outros pontos, esta Lei prevê:

A que o armazenamento de dados de qualquer empresa do ramo seja feito no Brasil.

B que os provedores da rede podem ofertar conexões diferenciadas, por exemplo, para acesso somente a emails, vídeos ou redes sociais.

C que provedores de conexão à web sejam responsabilizados pelo uso que os internautas fizerem da rede e por publicações feitas por terceiros, havendo ou não ordem judicial pela retirada dessas publicações.

D que não haja armazenamento de dados – como telefone, emails e filiação – a respeito de qualquer cidadão brasileiro.

E princípios, garantias, direitos e deveres para internautas e provedores, como a chamada neutralidade da rede.

## [ Questão 08] – Comentários

---

**LEI Nº 12.965/2014.**

**Art. 1º** *Esta Lei estabelece **princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil** e determina as diretrizes para atuação da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios em relação à matéria.*

*(...)*

**Art. 3º** *A disciplina do uso da internet no Brasil tem os **seguintes princípios**:*

*(...)*

**IV - preservação e garantia da neutralidade de rede;**



## [ Questão 08]

---

(UFRJ/UFRJ 2014) Recentemente, o Brasil sediou o Encontro Multissetorial Global sobre o Futuro da Governança da Internet (NETmundial). Nesta ocasião, foi sancionado o projeto de Lei que instituiu o Marco Civil da Internet, considerado uma espécie de Constituição para uso da rede no país. Entre outros pontos, esta Lei prevê:

A que o *armazenamento de dados de qualquer empresa do ramo seja feito no Brasil*.

B que *os provedores da rede podem ofertar conexões diferenciadas*, por exemplo, para acesso somente a emails, vídeos ou redes sociais.

C que provedores de conexão à web sejam responsabilizados pelo uso que os internautas fizerem da rede e por publicações feitas por terceiros, *havendo ou não ordem judicial pela retirada dessas publicações*.

D que *não haja armazenamento de dados* – como telefone, emails e filiação – a respeito de qualquer cidadão brasileiro.

E princípios, garantias, direitos e deveres para internautas e provedores, como a chamada neutralidade da rede.

## [ Questão 09]

---

(UFRJ/UFRJ 2014) Uma das seções da Lei nº 12.965/2014, trata da responsabilidade por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros na internet. Nesta seção da Lei, afirma-se que

A o provedor de conexão à internet sempre será responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

B se após ordem judicial específica o provedor de aplicações de internet não tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes deste conteúdo gerado por terceiros.

C as causas que versem sobre ressarcimento por danos decorrentes de conteúdos disponibilizados na internet relacionados à honra ou à reputação só poderão ser apresentadas perante juizados superiores.

D o juiz não poderá antecipar os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, mesmo existindo prova inequívoca do fato e receio de dano irreparável ou de difícil reparação.

E o provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros não poderá ser responsabilizado pela violação da intimidade decorrente da divulgação, sem autorização de seus participantes, de imagens ou vídeos contendo cenas de nudez de caráter privado.

## [ Questão 09] – Comentários

---

### LEI Nº 12.965/2014.

*Art. 19. Com o intuito de assegurar a liberdade de expressão e impedir a censura, o provedor de aplicações de internet somente poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros se, **após ordem judicial específica**, não tomar as providências para, no âmbito e nos limites técnicos do seu serviço e dentro do prazo assinalado, tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, ressalvadas as disposições legais em contrário.*

## [ Questão 09]

(UFRJ/UFRJ 2014) Uma das seções da Lei nº 12.965/2014, trata da responsabilidade por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros na internet. Nesta seção da Lei, afirma-se que A o provedor de conexão à internet *sempre será* responsabilizado civilmente por danos decorrentes de conteúdo gerado por terceiros.

B *se após ordem judicial específica o provedor de aplicações de internet não tornar indisponível o conteúdo apontado como infringente, poderá ser responsabilizado civilmente por danos decorrentes deste conteúdo gerado por terceiros.*

C as causas que versem sobre ressarcimento por danos decorrentes de conteúdos disponibilizados na internet relacionados à honra ou à reputação *só poderão* ser apresentadas perante juizados superiores.

D o juiz não poderá antecipar os efeitos da tutela pretendida no pedido inicial, *mesmo existindo prova inequívoca do fato e receio de dano irreparável ou de difícil reparação.*

E o provedor de aplicações de internet que disponibilize conteúdo gerado por terceiros não poderá ser responsabilizado pela violação da intimidade decorrente da divulgação, *sem autorização de seus participantes*, de imagens ou vídeos contendo cenas de nudez de caráter privado.

## [ Questão 10]

---

(UFRJ/UFRJ 2014) Sobre o Marco Civil da Internet, analise as seguintes afirmativas:

I - A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, o reconhecimento da escala mundial da rede, os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais, a pluralidade e a diversidade, a abertura e a colaboração, a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor e a finalidade social da rede.

II - A disciplina do uso da internet no Brasil tem como um de seus princípios a neutralidade da rede, que se trata da vedação de sua utilização ou controle para fins políticos ou partidários.

III - São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais que violem a garantia à privacidade e à liberdade de expressão nas comunicações.

IV - Como meio de exercício de cidadania, não é permitida a suspensão da conexão à internet em virtude de débito diretamente decorrente de sua utilização.

Assinale a alternativa CORRETA:

A Apenas as assertivas II e IV estão incorretas. B Apenas as assertivas I e III estão incorretas.

C Apenas a assertiva III está correta. D Todas as assertivas estão corretas.

E Não respondida.

## [ Questão 10] – Comentários

---

### ***Lei 12.965/14, DA NEUTRALIDADE DE REDE.***

*Art. 9. O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento **tem o dever de tratar de forma isonômica** quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.*

## [ Questão 10]

(UFRJ/UFRJ 2014) Sobre o Marco Civil da Internet, analise as seguintes afirmativas:

I - A disciplina do uso da internet no Brasil tem como fundamento o respeito à liberdade de expressão, o reconhecimento da escala mundial da rede, os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais, a pluralidade e a diversidade, a abertura e a colaboração, a livre iniciativa, a livre concorrência e a defesa do consumidor e a finalidade social da rede.

II - A disciplina do uso da internet no Brasil tem como um de seus princípios a neutralidade da rede, **que se trata da vedação de sua utilização ou controle para fins políticos ou partidários.**

III - São nulas de pleno direito as cláusulas contratuais que violem a garantia à privacidade e à liberdade de expressão nas comunicações.

IV - Como meio de exercício de cidadania, **não é permitida a suspensão da conexão à internet em virtude de débito diretamente decorrente de sua utilização.**

Assinale a alternativa CORRETA:

A Apenas as assertivas II e IV estão incorretas. B Apenas as assertivas I e III estão incorretas.

C Apenas a assertiva III está correta. D Todas as assertivas estão corretas.

E Não respondida.



## [ Questão 11]

(IBFC/PCPR 2017) Assinale a alternativa correta, considerando o disposto expressamente na Lei n° 12.965, de 23/04/2014 (Marco Civil da Internet), sobre a provisão de conexão e de aplicações de internet:

A O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o direito de tratar da forma que lhe convier quaisquer pacotes de dados, ainda que haja distinção por conteúdo, origem e destino e a discriminação ou a degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas da Agência Nacional de Telecomunicações

B O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, a serviço, terminal ou aplicação e a discriminação ou a degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Presidente da República

C O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, ainda que haja distinção por serviço, terminal ou aplicação e a discriminação ou a degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Comitê Gestor da Internet

D O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o direito de tratar da forma que lhe convier quaisquer pacotes de dados, ainda que haja distinção por serviço, terminal ou aplicação e a discriminação ou a degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Presidente da República

E O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o direito de tratar da forma que lhe convier quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino e a discriminação ou a degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Comitê Gestor da Internet



## [ Questão 11] – Comentários

---

### LEI Nº 12.965/2014.

*Art. 9º O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o **dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.***

*§ 1º A discriminação ou degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Presidente da República previstas no inciso IV do art. 84 da Constituição Federal, para a fiel execução desta Lei, ouvidos o Comitê Gestor da Internet e a Agência Nacional de Telecomunicações, e somente poderá decorrer de:*

- I - requisitos técnicos indispensáveis à prestação adequada dos serviços e aplicações; e*
- II - priorização de serviços de emergência.*

## [ Questão 11]

(IBFC/PCPR 2017) Assinale a alternativa correta, considerando o disposto expressamente na Lei n° 12.965, de 23/04/2014 (Marco Civil da Internet), sobre a provisão de conexão e de aplicações de internet:

A O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento **tem o direito de tratar da forma que lhe convier quaisquer pacotes de dados, ainda que haja distinção por conteúdo**, origem e destino e a discriminação ou a degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas da Agência Nacional de Telecomunicações

B O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, a serviço, terminal ou aplicação e a discriminação ou a degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Presidente da República

C O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, **ainda que haja distinção por serviço, terminal ou aplicação e a discriminação ou a degradação do tráfego** será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Comitê Gestor da Internet

D O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento **tem o direito de tratar da forma que lhe convier quaisquer pacotes de dados**, ainda que haja distinção por serviço, terminal ou aplicação e a discriminação ou a degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Presidente da República

E O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento **tem o direito de tratar da forma que lhe convier quaisquer pacotes de dados**, sem distinção por conteúdo, origem e destino e a discriminação ou a degradação do tráfego será regulamentada nos termos das atribuições privativas do Comitê Gestor da Internet

## [ Questão 12]

---

(IBFC/PCPR 2017) Assinale a alternativa correta, considerando o disposto expressamente na Lei nº 12.965, de 23/04/2014 (Marco Civil da Internet), sobre especificamente a suspensão da conexão à internet:

A Tal suspensão é permitida por livre critério do provedor de conexão

B Tal suspensão é vedada, independentemente da existência de débito de qualquer natureza

C Tal suspensão é permitida, diante da existência de qualquer dano material ou moral decorrente de sua utilização

D Tal suspensão é vedada, salvo por débito diretamente decorrente de sua utilização

E Tal suspensão é vedada, salvo por apontamento negativo nos órgãos de segurança

## [ Questão 12] – Comentários

---

**LEI Nº 12.965/2014.**

(...)

*Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:*

*I - inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;*

*II - inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, salvo por ordem judicial, na forma da lei;*

*III - inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial;*

*IV - não suspensão da conexão à internet, salvo por débito diretamente decorrente de sua utilização;*

*V - manutenção da qualidade contratada da conexão à internet;*

## [ Questão 12]

---

(IBFC/PCPR 2017) Assinale a alternativa correta, considerando o disposto expressamente na Lei nº 12.965, de 23/04/2014 (Marco Civil da Internet), sobre especificamente a suspensão da conexão à internet:

A Tal suspensão é permitida **por livre critério do provedor de conexão**

B Tal suspensão é vedada, **independentemente da existência de débito de qualquer natureza**

C Tal suspensão é permitida, **diante da existência de qualquer dano material ou moral decorrente de sua utilização**

**D Tal suspensão é vedada, salvo por débito diretamente decorrente de sua utilização**

E **Tal suspensão é vedada**, salvo por apontamento negativo nos órgãos de segurança

## [ Questão 13]

---

(IBFC/PCPR 2017) Assinale a alternativa correta, considerando o disposto expressamente na Lei nº 12.965, de 23/04/2014 (Marco Civil da Internet), sobre os direitos e garantias dos usuários:

A O acesso à internet é prática ligada à recreação e, portanto, garantida exclusivamente pelo direito ao lazer

B O acesso à internet é item da vida social classificado como luxo

C O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania

D O acesso à internet dispensa garantia das regras de relações de consumo

E O acesso à internet é restrito às camadas da população que podem dispor de meios financeiros para tal prática

## [ Questão 13] – Comentários

---

**LEI Nº 12.965/2014.**

(...)

**Art. 7º O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania, e ao usuário são assegurados os seguintes direitos:**

*I - inviolabilidade da intimidade e da vida privada, sua proteção e indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;*

*II - inviolabilidade e sigilo do fluxo de suas comunicações pela internet, salvo por ordem judicial, na forma da lei;*

*III - inviolabilidade e sigilo de suas comunicações privadas armazenadas, salvo por ordem judicial;*

*IV - não suspensão da conexão à internet, salvo por débito diretamente decorrente de sua utilização;*

*V - manutenção da qualidade contratada da conexão à internet;*

## [ Questão 13]

---

(IBFC/PCPR 2017) Assinale a alternativa correta, considerando o disposto expressamente na Lei nº 12.965, de 23/04/2014 (Marco Civil da Internet), sobre os direitos e garantias dos usuários:

A O acesso à internet é prática ligada à recreação e, portanto, garantida exclusivamente pelo direito ao lazer

B O acesso à internet é item da vida social classificado como luxo

C O acesso à internet é essencial ao exercício da cidadania

D O acesso à internet dispensa garantia das regras de relações de consumo

E O acesso à internet é restrito às camadas da população que podem dispor de meios financeiros para tal prática



## [ Questão 14]

---

*(IBFC/PCPR 2017) Assinale a alternativa correta, considerando o disposto na Lei n° 12.965, de 23/04/2014 (Marco Civil da Internet), sobre preservação e garantia da neutralidade de rede:*

*A Trata-se de regra vedada implicitamente*

*B Trata-se de regra vedada explicitamente*

*C Trata-se de princípio implicitamente previsto*

*D Trata-se de princípio expressamente previsto*

*E Trata-se de regra vedada implicitamente que não exclui outras previstas no ordenamento jurídico pátrio relacionadas à matéria ou nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte*

## [ Questão 14] – Comentários

---

### **LEI Nº 12.965/2014.**

*Art. 3º A disciplina do uso da internet no Brasil tem os seguintes princípios:*

*I - garantia da liberdade de expressão, comunicação e manifestação de pensamento, nos termos da Constituição Federal;*

*II - proteção da privacidade;*

*III - proteção dos dados pessoais, na forma da lei;*

**IV - preservação e garantia da neutralidade de rede;**

*V - preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede, por meio de medidas técnicas compatíveis com os padrões internacionais e pelo estímulo ao uso de boas práticas;*

*VI - responsabilização dos agentes de acordo com suas atividades, nos termos da lei;*

*VII - preservação da natureza participativa da rede;*

*VIII - liberdade dos modelos de negócios promovidos na internet, desde que não conflitem com os demais princípios estabelecidos nesta Lei.*

## [ Questão 14]

---

(IBFC/PCPR 2017) Assinale a alternativa correta, considerando o disposto na Lei n° 12.965, de 23/04/2014 (Marco Civil da Internet), sobre preservação e garantia da neutralidade de rede:

A Trata-se de regra vedada implicitamente

B Trata-se de regra vedada explicitamente

C Trata-se de princípio implicitamente previsto

D Trata-se de princípio expressamente previsto

E Trata-se de regra vedada implicitamente que não exclui outras previstas no ordenamento jurídico pátrio relacionadas à matéria ou nos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte

## [ Questão 15]

---

*(UFMT/DETRAM-MT 2015) O Marco Civil da Internet – Lei N.º 12.965, de 23 de abril de 2014 – estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Assinale a alternativa que NÃO constitui um de seus fundamentos.*

*A Respeito à liberdade de expressão.*

*B Preservação e garantia à comercialização de conteúdos diferenciados.*

*C Livre iniciativa, livre concorrência e defesa do consumidor.*

*D Reconhecimento da escala mundial da rede.*

## [ Questão 15] – Comentários

---

**LEI Nº 12.965/2014.**

*Art. 9º O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento **tem o dever de tratar de forma isonômica** quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação*

## [ Questão 15]

---

(UFMT/DETRAM-MT 2015) *O Marco Civil da Internet – Lei N.º 12.965, de 23 de abril de 2014 – estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da internet no Brasil. Assinale a alternativa que NÃO constitui um de seus fundamentos.*

*A Respeito à liberdade de expressão.*

***B Preservação e garantia à comercialização de conteúdos diferenciados.***

*C Livre iniciativa, livre concorrência e defesa do consumidor.*

*D Reconhecimento da escala mundial da rede.*

## [ Questão 16]

---

(IBADE/Pref. Vila Velha ES 2020) A legislação que regula o uso da Internet no Brasil por meio da previsão de princípios, garantias, direitos e deveres para quem usa a rede, é chamada:

- A Lei estadual da internet.
- B Comissão Nacional da internet.
- C Lei da Regulação Digital.
- D Marco Civil da internet.
- E Estatuto das Mídias sociais.

## [ Questão 16]

---

(IBADE/Pref. Vila Velha ES 2020) A legislação que regula o uso da Internet no Brasil por meio da previsão de princípios, garantias, direitos e deveres para quem usa a rede, é chamada:

A Lei estadual da internet.

B Comissão Nacional da internet.

C Lei da Regulação Digital.

**D Marco Civil da internet.**

E Estatuto das Mídias sociais.



## [ Questão 17]

---

(FUNDATEC/SPGG-RS 2018) O Marco Civil da Internet, criado por meio da Lei nº 12.965/2014, tem como um de seus princípios básicos o fato de que o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma igual quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação. Isso significa, na prática, que todas as informações que trafegam na rede devem ser tratadas da mesma forma, navegando na mesma velocidade, sendo ilegal o uso de recursos como, por exemplo, traffic shaping. Esse princípio básico do Marco Civil da Internet chama-se:

A Isonomia de dados.

B Neutralidade de rede.

C Finalidade social da rede.

D Preservação da natureza participativa da rede.

E Preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede.

# **[ Questão 17] – Comentários**

---

## ***CAPÍTULO III***

### ***DA PROVISÃO DE CONEXÃO E DE APLICAÇÕES DE INTERNET***

#### ***Seção I***

##### ***Da Neutralidade de Rede***

***Art. 9 O responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma isonômica quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação.***

## [ Questão 17]

---

(FUNDATEC/SPGG-RS 2018) O Marco Civil da Internet, criado por meio da Lei nº 12.965/2014, tem como um de seus princípios básicos o fato de que o responsável pela transmissão, comutação ou roteamento tem o dever de tratar de forma igual quaisquer pacotes de dados, sem distinção por conteúdo, origem e destino, serviço, terminal ou aplicação. Isso significa, na prática, que todas as informações que trafegam na rede devem ser tratadas da mesma forma, navegando na mesma velocidade, sendo ilegal o uso de recursos como, por exemplo, traffic shaping. Esse princípio básico do Marco Civil da Internet chama-se:

A Isonomia de dados.

**B Neutralidade de rede.**

C Finalidade social da rede.

D Preservação da natureza participativa da rede.

E Preservação da estabilidade, segurança e funcionalidade da rede.

# Dúvidas

Prof. Walter Cunha

[falecomigo@waltercunha.com](mailto:falecomigo@waltercunha.com)

<https://www.patreon.com/timasters>

<https://www.facebook.com/walter.cunha.7>

<https://www.instagram.com/walter.cunha.7/>

<https://twitter.com/timasters>

<https://www.linkedin.com/in/walter-cunha-19a90721>